

NATÁLIA LUCZKIEWICZ DA SILVA (ORG)
JOSEFA SANTANA DOS SANTOS

A HERANÇA CULTURAL DO POVO INDÍGENA KALANKÓ

A PARTIR DE NARRATIVAS ORAIS.



SUA FEIRA DE LIVROS

NATÁLIA LUCZKIEWICZ DA SILVA (ORG)

JOSEFA SANTANA DOS SANTOS

A HERANÇA CULTURAL DO POVO INDÍGENA KALANKÓ

A PARTIR DE NARRATIVAS ORAIS.



SUA FEIRA DE LIVROS

A HERANÇA CULTURAL DO POVO INDÍGENA KALANKÓ

A PARTIR DE NARRATIVAS ORAIS.

ORGANIZADORA:

NATÁLIA LUCZKIEWICZ DA SILVA

AUTORA

JOSEFA SANTANA DOS SANTOS

PREFÁCIO:

NATÁLIA LUCZKIEWICZ DA SILVA

EDITORÇÃO E CAPA:

SUA FEIRA DE LIVROS

JOSÉ APARECIDO DA SILVA ROCHA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Josefa Santana dos

A herança cultural do povo indígena Kalankó [livro eletrônico] : a partir de narrativas orais / Josefa Santana dos Santos ; Natália Luczkiewicz da Silva (org.). -- 1. ed. -- Arapiraca, AL : Sua Feira de Livros, 2025.

PDF

ISBN 978-65-988057-4-6

1. Cultura 2. Oralidade 3. Povos indígenas (Kalankó) - Usos e costumes 4. Povos indígenas - América do Sul - História I. Silva, Natália Luczkiewicz da. II. Título.

25-296016.0

CDD-980.4109

Índices para catálogo sistemático:

1. Povos indígenas : Brasil : História 980.4109

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

DOI: 10.5281/ZENODO.16990272

SUMÁRIO

RETOMANDO A NOSSA IDENTIDADE.....	5
POVO TRADIÇÃO ORAL: VOZES E MEMÓRIAS ANCESTRAIS	9
A LINGUAGEM COMO MECANISMO DE PODER.....	14
LETRAMENTOS SOCIAIS: APRENDIZAGENS EM CONTEXTOS INFORMAIS....	17
IDENTIDADES, MEMÓRIA E CULTURA	21
O ALCANCE DAS NARRATIVAS: PESQUISA PRÁTICA.....	24
O QUE OS PARTICIPANTES PENSAM SOBRE A TRADIÇÃO ORAL?	27
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	35
REFERÊNCIAS.....	38

PREFÁCIO

“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2019, p. 32).

Escrever este prefácio é, para mim, mais do que uma honra: é um gesto de profundo respeito e admiração. Testemunhei, de perto, cada passo da caminhada que deu origem à esta obra — um percurso tecido com coragem, resistência e amor pela própria história.

Quando conheci Josefa Santana dos Santos, vi nela mais do que uma estudante universitária: vi uma mulher carregando nos olhos a força das águas que resistem à seca, determinada a honrar suas raízes e a devolver à sua comunidade as palavras que o tempo tentou apagar. Mas essa força não veio sem desafios. Foram dias e noites em que o cansaço e a sobrecarga se fizeram presentes; momentos em que ela, com a franqueza de quem não esconde a luta, dizia-me que não daria conta de concluir esta pesquisa.

Lembro-me das vezes em que Josefa chegava à universidade com o filho nos braços, transformando o espaço acadêmico em extensão de sua casa e sua aldeia. Ela estudava enquanto embalava, escrevia enquanto acalmava o choro, pesquisava enquanto ensinava ao filho — desde cedo — que o conhecimento é um território que também lhes pertence. Cada página deste livro carrega, portanto, o peso e a leveza desse amor que é, ao mesmo tempo, materno e ancestral.

Esta obra não nasceu somente de leituras, entrevistas e análises. Ela nasceu de um compromisso com a vida. É fruto da escuta atenta aos mais velhos, do respeito aos símbolos sagrados, do cuidado com cada palavra escolhida para que a voz Kalankó ecoe e floresça. Aqui, não se registra apenas a memória: planta-se o futuro.

Ao leitor, este livro oferece muito mais do que informações sobre uma cultura. Ele convida à vivência de um modo de ser e de estar no mundo que nos ensina sobre pertencimento, coletividade e resistência. Cada capítulo é um rio de

narrativas que atravessa gerações, levando consigo a certeza de que a identidade não é algo estático, mas um movimento contínuo de retomada e afirmação.

Como orientadora, vi nascer não só uma pesquisa, mas um manifesto. E hoje, ao visualizar a concretude dessa pesquisa, sinto que cada madrugada de escrita, cada lágrima de dúvida e cada sorriso de conquista se transformaram em páginas que carregam vida.

Josefa nos mostra que o conhecimento acadêmico pode — e deve — caminhar de mãos dadas com a memória comunitária, que a universidade se engrandece quando se abre para as vozes que vêm da terra, do canto, do ritual.

Por isso, estou certa de que esta obra inspirará não apenas estudiosos, mas todos que acreditam que as nossas histórias importam, conforme Chimamanda destaca, na epígrafe deste prefácio. E que sirva de lembrança de que, por mais árdua que seja a jornada, quando caminhamos com coragem e afeto, chegamos não só ao destino, mas também à transformação de nós mesmos.

Natália Luczkiewicz da Silva
Doutoranda em Linguística (PPGLL/UFAL)

APRESENTAÇÃO

O livro *A herança cultural do povo indígena kalankó a partir de narrativas orais* nasce da força da memória e do compromisso com a continuidade de uma história que resiste ao tempo, às tentativas de apagamento e às pressões da modernidade. É uma obra que entrelaça pesquisa acadêmica, vivência pessoal e herança ancestral, visibilizando a voz de um povo que há séculos resguarda, nas palavras e nos gestos, o que nenhuma opressão conseguiu calar.

Aqui, a autora — Josefa Santana dos Santos, mulher indígena do povo Kalankó, filha, mãe e pesquisadora — reconstrói, com delicadeza e rigor, o fio das narrativas orais que sustentam a memória coletiva de sua comunidade. Diante disso, considero que este livro é mais do que um estudo, ele é um ato político, cultural e afetivo: um gesto de reafirmação identitária que se coloca contra o esquecimento e cobra pelo direito de existir com dignidade e autonomia.

As páginas que seguem revelam como as histórias contadas pelos anciãos carregam os registros de um passado, mas, sobretudo, a energia de um presente vivo e a esperança de um futuro onde a tradição e a cultura se mantêm pulsantes. Por meio de um olhar que une teoria e experiência, a autora demonstra que preservar essas narrativas não é apenas preservar palavras, mas garantir a permanência de uma cosmovisão própria, de valores éticos e de uma forma singular de compreender e habitar o mundo.

A herança cultural do povo indígena kalankó a partir de narrativas orais é, portanto, mais do que um registro de pesquisa: é um manifesto em defesa das vozes indígenas, um convite para ouvir com atenção, sentir com respeito e compreender que cada narrativa Kalankó é também um pedaço da história do Brasil.

Natália Luczkiewicz da Silva
Doutoranda em Linguística (PPGLL/UFAL)

RETOMANDO A NOSSA IDENTIDADE

“[...]quando os Kalankó não tiver história pra contar, o povo também foi extinto”
(Pajé Kalankó, 2024)¹.

Meu nome é Josefa Santana dos Santos, tenho 27 anos, sou uma jovem indígena do povo Kalankó e mãe de uma linda criança. Minha trajetória pessoal e acadêmica está conectada às minhas raízes e, é a partir dessa vivência, que compartilho um pouco sobre o meu povo e acerca das nossas histórias.

Como membro do povo Kalankó, uma etnia indígena localizada no coração de Alagoas, tenho o privilégio de viver e aprender sobre a minha cultura e a minha história. A população Kalankó está distribuída pela cidade de Água Branca, com foco na zona rural, em povoados como Januária, Lageiro do Couro, Gregório, Salgadinho, Quixabeira, Pedra Redonda, Gangorra, Salinas e Serra dos Campos. Além disso, a presença Kalankó se estende a outras localidades, incluindo a cidade de Mata Grande e os povoados Batatal, Santa Cruz do Deserto e Serra do Sobrado, assim como Caraibeiras, PE.

De acordo com os dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) da Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) de Kalankó, atualmente, a população geral é de aproximadamente 680 indivíduos. No entanto, vale ressaltar que os dados populacionais da UBSI contam também com os não indígenas que vivem junto ao povo, isto é, os cônjuges que não pertencem à etnia.

Nós somos “um dos grupos étnicos indígenas resistentes no Alto Sertão alagoano”. A nossa “formação histórica é marcada por diversas migrações de índios Pakararu – ou Pankararu – vindos do antigo Aldeamento de Brejo dos Padres durante os séculos XIX e XX” (Mendonça; Santana, 2023, p. 13).

Segundo relatos dos anciões da minha comunidade, para estarmos aqui hoje, três irmãos, juntamente com seus cônjuges, migraram do Brejo dos Padres – PE devido às perseguições que sofriam por parte dos não indígenas. Essas famílias se

¹ Fala de um dos colaboradores em entrevista concedida para a pesquisa.

estabeleceram na região da Januária e arredores. No entanto, posteriormente, duas delas migraram para diferentes localidades, enquanto Francisco Higino da Silva e Antônio Benedita da Conceição permaneceram no território da Januária. A partir dessa família, nasceram novas gerações que deram origem ao povo que hoje, em sua maioria, habita as aldeias Januária e Lageiro do Couro.

Inspirada por essa rica herança cultural, desde a infância, as histórias contadas pela minha avó e pela minha mãe faziam parte da minha rotina. Eu cresci ouvindo-as e, na época, parecia algo banal, sem me dar conta do valor e dos ensinamentos que carregavam. Com o tempo, e agora como estudante de Letras, no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND), aprendi a refletir sobre as falas e discursos no contexto social, em especial, na minha comunidade. Foi neste momento que passei a entender a importância das narrativas que sempre estiveram presentes em minha vida e o quanto elas são ricas em sabedoria. Diante da tarefa de escolher um tema para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), não tive dúvidas: decidi investigar essas narrativas, dando destaque e valor às vozes que formam a essência do meu povo².

Ao refletir sobre essa tradição, considero que as narrativas orais são elementos importantes para os povos indígenas, uma vez que, através delas, são evidenciadas memórias, aprendizagens e crenças. Elas são uma espécie de arquivo que mantêm os conhecimentos dos nossos ancestrais. De acordo com Perazzo (2015), essas histórias, geralmente, são contadas de maneira descontraída por anciãos da comunidade durante alguns rituais em que estão reunidos crianças, jovens e adultos, e até mesmo no dia a dia. Para além de uma forma de entretenimento, estas narrativas orais também atuam no processo de ensino-aprendizagem das gerações mais jovens e contribuem, portanto, para a formação dos valores éticos, morais e para as práticas culturais do povo.

Com base nesse entendimento, esta pesquisa tem como objetivo analisar as

² Este trabalho filia-se à abordagem da Linguística Aplicada INdisciplinar (Moita Lopes, 2022), a qual pressupõe que há um envolvimento entre o pesquisador e a pesquisa, rompendo com paradigmas impostos pelas ciências positivistas. Nesse sentido, justifico a escrita em primeira pessoa, assim como é realizado na LA, uma vez que este trabalho disserta sobre a minha comunidade e faz parte da minha memória, identidade e cultura.

narrativas orais do povo Kalankó, que são passadas de geração em geração, a fim de manter a história e a cultura da comunidade local. Em relação aos objetivos específicos, pretendo: a) Identificar quais são os principais temas abordados nas narrativas orais da etnia Kalankó; b) Averiguar quais as influências dessas narrativas na cultura, identidade e crença do povo Kalankó; c) Entender como os anciões da etnia Kalankó compreendem a difusão das narrativas orais da comunidade atualmente.

O foco é selecionar histórias que exemplificam aspectos-chave da cultura Kalankó e desvendar como elas são passadas adiante, considerando os narradores, os contextos e os espaços onde essas tradições são evidenciadas. Desse modo, buscarei compreender como essas narrativas sustentam a tradição e, por meio delas, examinar seu impacto na identidade local.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia utilizada foi a pesquisa etnográfica, na qual abordei a realidade da minha etnia. Além disso, os dados foram analisados de forma qualitativa, por meio de uma análise textual-discursiva das entrevistas concedidas pelos participantes. A coleta de dados foi realizada na aldeia Januária. Os colaboradores da pesquisa têm idade acima de 50 anos e são pertencentes ao povo Kalankó.

As entrevistas foram organizadas de forma semiestruturada (Guazi, 2021), de modo individual, para que um entrevistado não fosse influenciado por outro, e seguiram os passos: 1) Elaboração de um roteiro de entrevista prévio (anexo A); 2) Gravação de entrevistas através de um aparelho celular; 3) Transcrição das falas; 4) Seleção de alguns trechos das entrevistas para a análise; 5) Reflexão sobre essas falas.

Os aportes teóricos utilizados foram: Perazzo (2015), Santos (2021) e Souza (2017), sobre narrativas orais; Silva (2000), Hall (2006) e Fernandes (2006), sobre identidade e diferença; Munduruku (2000) que reflete sobre povos tradicionais e memória; Street (2014) que traz discussões a respeito dos letramentos sociais; dentre outros.

Diante disso, considero que a pesquisa sobre as narrativas orais é vital para a preservação cultural e identitária, promovendo a educação e a manutenção de

conhecimentos ancestrais. Essa iniciativa é um passo importante para manter viva as tradições orais e reafirmar a riqueza da herança cultural da minha etnia.

Para tanto, este trabalho segue organizado em quatro capítulos. O primeiro traz uma reflexão do que são narrativas e qual a importância delas para a cultura e a história do povo Kalankó; o segundo fala sobre identidades, memória e cultura, abordando aspectos referentes à construção identitária da comunidade a partir das narrativas orais; o terceiro apresenta o processo metodológico da pesquisa, elencando o tipo de pesquisa, os participantes e os instrumentos utilizados para a coleta de dados; e o quarto expõe a análise das entrevistas realizadas com os colaboradores acerca da temática abordada neste estudo.

POVO TRADIÇÃO ORAL: VOZES E MEMÓRIAS ANCESTRAIS

As narrativas orais são histórias contadas de forma falada dentro de grupos culturais específicos. Em cada contexto, esses dizeres podem proporcionar a construção de significados diversos, levando em consideração quem as contam, para quem contam e com qual objetivo. Santos (2021, p. 16) assevera que as

Comunidades de tradição oral são grupos de pessoas que convivem em uma determinada localização e repassam o conhecimento adquirido com os seus ancestrais através de histórias narradas oralmente, em forma de cantorias, poesias, narrativas, receitas culinárias, medicinais etc. Estes saberes são passados de geração para geração, fazendo com que a geração mais nova tenha acesso aos saberes deixados pelos seus antepassados e tenha acesso a toda a riqueza cultural presente naquela comunidade, superando barreiras físicas e espaços geográficos.

Nesse sentido, é possível compreender que, em muitos momentos da história, esse tipo de recurso oral era a única forma de veicular as crenças, os valores e a cultura da comunidade. Todavia, cabe ressaltar que a impossibilidade do registro escrito fazia com que essas narrativas sofressem variações ao longo do tempo, pois cada pessoa poderia entendê-las e propagá-las a partir das suas inferências e concepções de mundo (Parezzo, 2015).

Além desse fator, a falta de registro recai sobre diversas culturas, sobretudo, àquelas que se encontram em situação de marginalização social, como as indígenas, quilombolas e campesinas, como um elemento de fragilidade sobre a versão de suas histórias. Para Parezzo (2015, p. 37), “isso ocorre porque grupos que são considerados economicamente superiores propagam narrativas que, em sua maioria, não contemplam a realidade de todas as comunidades”.

Existe uma diversidade de narrativas no mundo, ricas em valores e significados. Elas podem ser apoiadas “pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história” (Barthes, 1971, p. 19).

Este estudo foca nas narrativas orais indígenas que,

[...] em sua maioria, partem da coleta de histórias transmitidas pelos velhos índios de forma oral, contemporaneamente, transformando-se em palavra escrita. Sob a perspectiva indígena, o presente de seus povos é legitimado pelas suas experiências passadas (cerimoniais, rituais, pela tradição e incorporação de velhos hábitos), repletas de conteúdos éticos e morais, com clara função educativa, retrocedendo a uma memória mítica ou aos tempos da colonização e dos primeiros contatos. Surgem novos discursos acerca das identidades dos índios no Brasil, rompendo-se com prejuízos causados pela história única (Santos, 2015, p. 6-7).

As narrativas contadas oralmente pelos nossos antecessores indígenas são guardadas na memória dos mais velhos, que veem essas histórias como fundamentais para manter as crenças e a cultura do povo. Nas palavras de Guesse (2014, p. 4), “na tradição oral, a permanência do texto repousa unicamente na memória do contador/narrador – no caso da tradição indígena, na memória dos mais velhos, considerados mais sábios”. Desse modo, as histórias ajudam a manter a tradição, ensinam valores importantes para as crianças e jovens, e dão força e motivação para os adultos.

As narrativas orais indígenas são diversas e têm diferentes funções nas comunidades. Elas servem para entreter, mas também para ensinar e passar valores importantes, ajudando os jovens a entenderem seu papel na cultura (Souza, 2017). Nesse sentido, é importante observar que nossos anciões dividem suas histórias em dois grupos principais, o que nos ajuda a entender melhor o que cada tipo de narrativa representa, conforme a citação a seguir:

Os indígenas dividem suas narrativas em dois grandes grupos: as histórias de hoje e as histórias de antigamente. As histórias de hoje são narrativas históricas, geralmente de autoria individual, que tratam de fatos e acontecimentos situados no presente atual, como por exemplo, a luta pela demarcação de territórios. Já as histórias de antigamente são narrativas originadas da oralidade performática e mítica, geralmente de autoria coletiva, que tratam de fatos e acontecimentos situados no “tempo de antigamente”, também chamado de presente anterior ou tempo mítico (Guesse, 2014, p. 3, grifo do autor).

Esses dois tipos de narrativas têm funções que se complementam nas comunidades indígenas. As histórias de hoje abordam questões atuais e os desafios que nós, povos indígenas, enfrentamos; enquanto as histórias de antigamente nos

ajudam a ligar as gerações ao seu passado, preservando a memória coletiva e as tradições (Souza, 2017). Essa diferenciação enriquece a cultura indígena e destaca a oralidade como uma forma de resistência e afirmação da identidade.

Além de serem muito importantes para manter e passar adiante a nossa cultura, as narrativas orais precisam se adaptar e continuar importantes em um mundo que está sempre mudando. A globalização e a modernidade têm trazido grandes desafios para as comunidades indígenas, frequentemente colocando em risco nossas tradições e formas de viver. No entanto, elas mudam e se ajustam para lidar com novas realidades, garantindo que continuem vivas e importantes.

Apesar dos desafios, hoje em dia, as narrativas orais indígenas têm sido muito importantes para mostrar quem somos e lutar pelos nossos direitos. Com elas, podemos contar nossa própria versão dos fatos e mostrar nossa visão, contrariando as ideias incompletas que outros grupos podem ter sobre nós. Contar e recontar essas narrativas nos ajuda a reafirmar nossa identidade e a resistir à pressão da cultura dominante (Santos, 2021).

Nesse contexto, é preciso refletir sobre as dificuldades enfrentadas dentro das comunidades indígenas para que os jovens tenham acesso e interesse a essa memória viva por meio das narrativas (Souza, 2017). Levando isso em consideração, um dos principais obstáculos tem sido a crescente influência da cultura global que, muitas vezes, promove valores e práticas que entram em conflito com as tradições indígenas.

De acordo com Oliveira (2021), a exposição ao mundo digital, por exemplo, tende a valorizar conteúdos que não têm relação com as culturas tradicionais, resultando em uma desconexão dos jovens com as suas raízes. O acesso a tecnologias como a internet e as redes sociais, embora possa ter aspectos positivos, frequentemente expõe os jovens a uma enxurrada de informações que minimizam ou ignoram a importância da tradição.

Outro fator de impacto é a educação formal oferecida nas escolas, muitas vezes fora das aldeias ou em contextos urbanos, pode desvalorizar ou não incluir as narrativas orais indígenas em seus currículos. Por isso, é essencial que as escolas

utilizem materiais que reforcem o ensino e a aprendizagem da cultura indígena. De acordo com Oliveira (2021, p. 80), o

Material específico é uma base fortalecedora das práticas pedagógicas desenvolvidas por uma EI. Nele, devem ser colocados conteúdos e atividades sobre a realidade cultural, geográfica, e social contemplando todas as áreas do conhecimento. Um exercício didático de transformação em escrita da memória coletiva, os costumes, os elementos simbólicos de identidade, a ciência indígena, a medicina, enfim elaboração numa perspectiva para o ensino contextualizado.

Quando a escola ou outras instituições dão mais importância às línguas e ao conteúdo das culturas dominantes – as que têm mais poder ou influência –, os jovens indígenas podem começar a sentir que sua própria cultura é menos importante. Isso pode provocar o afastamento das tradições e dos valores identitários. Nesse sentido, materiais didáticos específicos desempenham um papel essencial no aprimoramento das práticas pedagógicas nas Escolas Indígenas (EI), assim como mencionado por Oliveira (2021).

Um dos caminhos que tem demonstrado resultados positivos para a manutenção das narrativas orais é a documentação por meio da escrita e da gravação, além da propagação nas mídias digitais. De acordo com Santos (2021, p. 11), “a tecnologia tem um importante papel no trabalho de documentação: além da praticidade em executar determinadas tarefas, podemos usufruir de ferramentas muito compactas e tecnológicas, que nos permitem fazer registros de vídeo, áudio ou voz com mais qualidade e agilidade”. Corroborando com o exposto, compreendo que documentar e compartilhar essas histórias nas redes faz com que elas cheguem a mais pessoas. Isso ajuda a entender os desafios das comunidades indígenas e promove um diálogo diverso entre culturas.

Um exemplo importante de trabalho de documentação das narrativas orais indígenas é o estudo realizado por Ericles Silva dos Santos que, em sua pesquisa de conclusão do curso de Letras, na Universidade Federal de Alagoas - UFAL, no ano de 2021, realizou gravações com anciões da etnia Kalankó, para que pudesse registrar algumas histórias do povo, que se encontravam apenas na esfera da oralidade.

O trabalho intitulado *Documentação De Narrativas Da Comunidade Kalankó* teve como objetivo “documentar estas narrativas para que sejam preservadas na memória do povo Kalankó e fiquem à disposição de pesquisadores que desejem utilizar os dados obtidos em campo para trabalhos futuros” (Santos, 2021, p. 10). Diante disso, a pesquisa utilizou entrevistas gravadas em áudio com quatro membros da comunidade Kalankó, registrando cinco narrativas sobre histórias locais e tradições. As entrevistas foram realizadas de forma descontraída, sem roteiro prévio, e os dados foram transcritos manualmente. A análise conectou as narrativas ao contexto cultural e teórico, evidenciando a importância da tradição oral na manutenção da identidade Kalankó.

Como conclusão, o autor destaca a importância da pesquisa para a preservação da cultura Kalankó, enfatizando a resistência histórica do meu povo frente às adversidades e ao estigma étnico. A documentação das narrativas é vista pelo pesquisador como essencial para manter vivos os saberes ancestrais, e a tecnologia tem um papel importante nesse processo. Nesse sentido, ele reflete acerca da importância da tradição oral na preservação da identidade Kalankó, algo que vivencio no meu cotidiano e nas histórias que são compartilhadas na comunidade.

Desse modo, os dados estão dispostos no final do trabalho, a partir de um *link*, que nos encaminha para arquivos no drive em que podemos acessar e ouvir as narrativas. Esse trabalho é de suma relevância, pois contribui para o desenvolvimento da identidade das crianças indígenas e reforça a educação, mantendo o vínculo com as gerações anteriores. Ademais, possibilitou a visibilidade da cultura Kalankó, lutando contra o apagamento de suas tradições.

Portanto, as narrativas orais indígenas são essenciais para manter a cultura e a identidade vivas, além de favorecer a luta por justiça social e pelos nossos direitos. Ao reconhecer e valorizar essas histórias, estamos ajudando na criação e na ampliação de um mundo mais respeitoso, que contribui para a diversidade cultural e a promoção da igualdade.

A LINGUAGEM COMO MECANISMO DE PODER.

A linguagem é uma ferramenta poderosa que molda a nossa compreensão do mundo. No período colonial, as histórias contadas pelos colonizadores refletiam apenas suas visões de mundo, ou, pelo menos, o que eles desejavam que os outros acreditassem. As narrativas sobre a “descoberta” e a “civilização” os apresentavam como heróis, enquanto os povos indígenas eram frequentemente descritos de maneira negativa. Esse poder sobre as narrativas ajudava a moldar a opinião das pessoas e a consolidar a autoridade, resultando na dominação dos povos originários.

A língua não é apenas um instrumento de comunicação, ela é a base da nossa identidade e cultura. Através dela, transmitimos não apenas informações, mas também ideias, sentimentos, histórias e conhecimentos que esclarecem quem somos. Segundo Silva (2014, p. 74), “a identidade se manifesta linguisticamente em expressões como ‘sou brasileiro’ ou ‘sou negro’”, indicando que a língua desempenha um papel fundamental na construção de nossa identidade.

Ao refletirmos sobre as línguas indígenas, percebemos que a conexão entre língua e identidade é intensa, especialmente diante dos desafios que elas enfrentam para sua preservação. Algumas, infelizmente, já foram extintas, e outras estão ameaçadas de desaparecer. Nesse caso, preservar e transmitir o conhecimento sobre essas línguas é fundamental para manter nossas identidades e as tradições dos nossos povos, desde o passado até os dias atuais, uma vez que elas carregam uma história e um significado extremamente importante para nós (Fernandes, 2006).

Atualmente, a língua falada pelo povo Kalankó é o português brasileiro, que é utilizado, de forma particular, levando em consideração as variações linguísticas da comunidade, ou seja, há uma tendência a apresentar variantes que não são comuns na norma culta da referida língua³. Apesar de usarmos o português e de

³ Percebo que na linguagem do meu povo existe muitas variações linguísticas, pronúncia e formas fonéticas características do modo de falar regional. Comumente, falamos “bucado” para dizer “vários”, “carreano água” para dizer “carregando água”, se “arriba” para falar se “levante”, entre outros exemplos.

muitas línguas indígenas terem sido extintas, a nossa língua materna⁴ é usada durante as apresentações religiosas e culturais, materializada nos cantos, os nossos conhecidos torés. Um fator crucial na transmissão das narrativas orais indígenas é a linguagem utilizada pelos povos, visto que ela é essencialmente responsável pelo entendimento dos ouvintes. Sobre isso, Santos (2021) aponta que

por motivos naturais ou por causa da globalização, muitas línguas originárias estão caindo em desuso, muitas comunidades de povos tradicionais optaram por falar uma língua secundária ao invés da sua língua materna, na maioria das vezes por conta da facilidade na comunicação em sociedade, o que leva a um grande desuso de sua língua mãe e, consequentemente, um apagamento dessa língua (Santos, 2021, p. 12).

Concordo que muitas línguas indígenas foram apagadas da história e que outras estão em perigo de extinção, principalmente porque não há muitos registros escritos. Contudo, a aprendizagem de línguas secundárias por nós, povos indígenas, não pode ser reduzida a uma mera questão de praticidade ou facilidade na comunicação com a sociedade dominante.

No contexto histórico do Quinhentismo, muitos povos indígenas foram forçados a aprender línguas estrangeiras como parte de um processo de opressão e colonização. Essa imposição não foi uma opção, conforme é destacado na citação, pelo contrário, trata-se de uma estratégia utilizada pelo grupo dominante para extinguir as culturas indígenas.

A questão, portanto, não é simplesmente sobre a adoção de uma língua secundária, mas sobre as condições que levaram a essa “escolha”. Em muitos casos, as comunidades são colocadas em uma posição na qual abandonar sua língua materna parece ser a única forma de garantir a sobrevivência no mundo moderno. Essa situação reflete uma maneira de violência simbólica, em que as culturas e línguas tradicionais são subordinadas e, eventualmente, apagadas.

Sobre isso, Ribeiro (2022) descreve uma divisão temporal em três fases: um período anterior à colonização, marcado pela constituição das comunidades e pela

⁴ Para os povos indígenas do sertão alagoano, a língua materna se manifesta por meio das línguas indígenas presentes nos cantos sagrados e nos toantes.

criação de suas cosmogonias e rituais; o tempo colonial, caracterizado pela subjugação e destruição dessas comunidades, com a imposição de valores, línguas e tecnologias pelos colonizadores; e, por fim, o período pós-colonial que, embora identificado como um tempo de independência, ainda carrega as marcas e o recalque do passado colonial. Assim, a imposição das línguas estrangeiras durante a colonização foi parte de um processo maior de dominação cultural que ainda tem efeitos nos dias de hoje.

Com base nessas ponderações, é possível observar que, ao longo da história, línguas europeias, como o português e o espanhol, foram usadas para controlar os povos originários, além de tentar apagar as suas tradições. Essa imposição não foi uma escolha, conforme Santos (2021) destacou, ao fazer uso do termo “optaram” para se referir aos usos linguísticos, mas uma estratégia para dominar e extinguir as culturas diferentes daquela propagada pelo eurocentrismo.

Resistir a esse apagamento requer esforços tanto das comunidades quanto do Estado. Sendo assim, é fundamental que se promovam políticas de revitalização linguística e de valorização das línguas originárias, reconhecendo seu valor intrínseco e sua importância para a diversidade cultural. Essas línguas não devem ser vistas como algo do passado, mas como um direito e uma necessidade para a manutenção da humanidade.

Diante disso, é pertinente destacar que, por muito tempo, muitas histórias foram vistas como verdades absolutas, mas entender como a linguagem influenciou essas histórias, especialmente as orais, ajuda-nos a abrir espaço para uma reinterpretação mais livre e diversificada da história. Dessa forma, acredito que outras vozes poderão ser ouvidas e valorizadas.

LETRAMENTOS SOCIAIS: APRENDIZAGENS EM CONTEXTOS INFORMAIS.

Os letramentos sociais se referem às diversas formas de comunicação que ocorrem na sociedade, englobando práticas de leitura, escrita e oralidade, que se manifestam em variados contextos, como na família, na comunidade, no ambiente de trabalho, na escola e nas redes sociais, refletindo a complexidade e a diversidade das interações humanas.

Nesse contexto, é necessário entender a diferença entre a ideia de letramento e alfabetização, visto que, no Brasil, o letramento surgiu como um mecanismo de expansão do alfabetizar (Soares, 2003). Em uma hierarquia, podemos considerar a alfabetização como um hipônimo do letramento, que é o hiperônimo, essa relação evidencia que a alfabetização é uma parte fundamental do letramento. Contudo, a alfabetização, embora essencial, não é mais importante que o letramento, que abrange habilidades mais amplas e complexas de uso da língua em diversas práticas sociais.

A escrita, ao ser descontextualizada da vivência pessoal, bem como a consciência metalinguística e metacognitiva promovidas pelas práticas discursivas, tendem a proporcionar aos falantes uma preparação distinta. Assim, a ocupação dos espaços sociais por grupos com diferentes níveis de letramento, em princípio, parece influenciar o funcionamento dos membros na sociedade, permitindo que alcancem graus distintos de inserção social e interação com as diversas formas culturais (Mollica, 2015, s.p).

No presente contexto, torna-se fundamental reconsiderar a distinção entre os conceitos de alfabetização e letramento, pois este último proporciona uma perspectiva ampliada sobre a escrita, concebendo-a como uma prática inserida em um ambiente social específico. Dessa forma, a escrita é compreendida como um processo social, um resultado das normas coletivas estabelecidas por uma determinada sociedade. Essa visão inclui obras como livros, jornais e documentos oficiais, mas também outros tipos de produções, “reforçando a importância de

abordar os processos de letramento em vez de limitar-se ao conceito tradicional de alfabetização” (Berberian, 2004, p. 192).

No campo da alfabetização, determinados autores propõem uma análise que associa essas práticas a diferentes níveis de alfabetismo funcional. Nesse sentido, mesmo que um indivíduo tenha aprendido a ler e a escrever, ele pode ainda ser considerado funcionalmente analfabeto se não for capaz de empregar essas habilidades em contextos sociais. Logo, “o nível de alfabetização de uma pessoa não está necessariamente correlacionado à sua capacidade de utilizar as práticas sociais de leitura e de escrita. A alfabetização, desvinculada de sua função social, pode não se traduzir em uma efetiva participação nas práticas letradas da sociedade” (Berberian, 2004, p. 192-193).

Street (2014), a partir dos debates anteriores sobre os efeitos cognitivos do letramento e as distinções entre fala e escrita, faz uma crítica à visão predominante que limita o letramento a um conjunto de habilidades cognitivas passíveis de mensuração nos indivíduos. O autor se referiu a essa abordagem como o modelo autônomo.

Dessa forma, compreende-se que o letramento vai além do domínio das técnicas de leitura e escrita, sendo uma prática social que se molda às diversas situações e contextos da vida cotidiana. Portanto, é preciso entender as diferentes maneiras pelas quais o letramento se manifesta nas relações sociais, destacando que tanto a oralidade quanto a escrita desempenham papéis importantes, mas distintos, na comunicação. Essa multiplicidade de manifestações reforça a necessidade de uma abordagem que considere os aspectos sociais e culturais envolvidos no uso da língua, sem reduzir o letramento a uma simples aquisição de habilidades técnicas.

Nesse sentido, Nobre e Fávero (2011, p. 2) destacam que

Fala e escrita possuem características diferentes, próprias; apesar de utilizarem o mesmo sistema linguístico, não podem ser vistas de forma dicotômica. Os vários tipos de práticas sociais de produção textual vêm se situando no decorrer de um contínuo tipológico onde estão, de um lado, a escrita formal e, de outro lado, a conversação informal, coloquial.

Sobre isso, Street (2014, p. 9) argumenta que os indivíduos se encontram inseridos em um “armazém de conceitos, convenções e práticas”, indicando que as práticas sociais são moldadas por ideologias e relações de poder específicas, que operam de acordo com as condições particulares, principalmente ao se considerar culturas locais, identidades e interações entre grupos sociais. Assim, em contraste com o modelo autônomo, Street propõe um modelo ideológico de letramento.

A abordagem ideológica do letramento reconhece que as práticas de leitura e escrita estão sempre ligadas a contextos culturais e a construções ideológicas que definem o que é considerado como letramento, bem como às relações de poder associadas a ele (Street, 2014). As condições sociais e materiais exercem influência significativa (ou até determinante) sobre o significado atribuído à determinada forma de comunicação, sendo inadequado (ou impossível) inferir, apenas com base no canal utilizado, quais processos cognitivos serão empregados ou quais funções a prática comunicativa desempenhará.

O conceito de práticas de letramento está situado em um patamar mais abstrato, abrangendo tanto os comportamentos quanto as concepções sociais e culturais que atribuem significado aos usos da leitura e da escrita (Street, 2014). Conforme Marcuschi (2010, p. 20-22), o letramento pode ser definido como um “processo de aprendizagem da leitura e da escrita que se dá de forma social e histórica em ambientes informais e para fins utilitários, caracterizando-se como um conjunto de práticas”.

O uso do termo letramento requer, portanto, considerar a escrita como um fenômeno imerso em aspectos sociais, abrangendo desde representações gráficas rudimentares até sinalizações em vias públicas, que possuem valores distintos para diferentes grupos de leitores. De acordo com Pelandré e Aguiar (2009, p. 57):

O letramento é compreendido como práticas, no plural, relacionado às interações cotidianas, e não como um conjunto de competências cognitivas individuais. A alfabetização, nesse contexto, é o aprendizado do código e está relacionada com a escola; já o letramento não apresenta necessariamente essa relação por fazer parte de diferentes práticas sociais.

Uma perspectiva crítica sobre a consciência linguística busca analisar o

impacto da construção cultural das diferenças na agenda educacional, ao invés de simplesmente tratar as distinções entre fala e escrita como características inerentes e universais (Street, 2014). A compreensão das relações entre as modalidades falada e escrita deve ser orientada pelo contexto social em que a oralidade e o letramento se manifestam, considerando as diferentes tradições culturais, ao invés de se basear exclusivamente em demandas cognitivas de produção linguística ou em aspectos isolados e estruturais considerados universais.

As alegações sobre os efeitos negativos do analfabetismo partem do pressuposto de que se entende claramente o conceito de letramento e que, uma vez adquirido, o indivíduo terá uma melhoria em sua condição de vida (Street, 2014). No entanto, as mudanças promovidas por iniciativas de letramento na contemporaneidade podem, igualmente, desafiar crenças culturais estabelecidas, embora isso muitas vezes passe despercebido por discursos que reduzem leitura e escrita a habilidades meramente técnicas. Além disso, as declarações sobre os impactos do letramento costumam ser apresentadas de forma neutra e objetiva, como se fossem baseadas unicamente em ciência, enquanto ocultam os interesses políticos e econômicos daqueles que promovem sua disseminação (Street, 2014).

Mollica (2015, s.p) explica que a escola é uma das diversas instituições responsáveis pelo letramento, juntamente com outros sistemas fundamentados na experiência prática dos indivíduos, seja em termos de sobrevivência, atuação profissional ou participação em comunidades locais e no contexto social mais amplo. Todavia, é necessário destacar que não é somente nos ambientes formais de ensino que o letramento é desenvolvido, haja vista que nas mais diversas interações cotidianas, precisamos fazer uso da língua para nos posicionarmos, trabalharmos e vivermos em sociedade.

Diante disso, é possível observar que o letramento social ultrapassa a mera aquisição de habilidades de leitura e escrita, envolvendo o uso crítico e funcional da linguagem em diferentes contextos sociais. Tais práticas letradas não estão restritas ao ambiente escolar e nem são exclusivas de espaços formais de ensino, pois são construídas e adquiridas em situações cotidianas, permeadas por significados e

valores compartilhados.

As aprendizagens em contextos informais revelam a importância de considerar as diversas manifestações de letramento como componentes essenciais para a integração social e o exercício pleno da cidadania, possibilitando aos indivíduos acessarem informações, reinterpretá-las, negociar significados e participar ativamente da vida em sociedade. O letramento, ao ser compreendido como uma prática social, é fundamental para que as pessoas se apropriem de conhecimentos, interajam e se expressem de forma significativa, tornando-se protagonistas de suas próprias histórias e agentes transformadores dos contextos em que vivem.

Dessa forma, compreender o letramento social significa reconhecer as múltiplas formas pelas quais a linguagem contribui para a construção do sentido, respeitando as particularidades culturais e as vivências dos indivíduos, e promovendo uma educação inclusiva que valorize todas as formas de aprender e comunicar-se, conforme almejo apresentar ao longo deste trabalho sobre as narrativas dos Kalankó.

IDENTIDADES, MEMÓRIA E CULTURA

Quando pensamos em identidade, naturalmente, associamo-la às características físicas e traços pessoais de alguém. No entanto, a identidade é uma construção mais complexa que envolve fatores culturais, históricos e sociais que moldam quem somos e como nos vemos (Fernandes, 2006). Ela também é moldada por narrativas coletivas que pertencem a grupos e nações.

Essas narrativas, segundo Hall (2006), desempenham um papel importante na construção da identidade nacional. Desse modo, o autor identifica cinco elementos principais na forma como essa cultura é contada e recontada e como isso contribui na formação da identidade.

[...] narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular; [...] ênfase nas origens, na comunidade, na tradição e na intemporalidade; [...] tradição inventada

significa um conjunto de práticas;[...] mito funcional: uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo “real”, mas de um tempo “mítico”; Ideia de um povo ou folk puro, original. Mas, nas realidades do desenvolvimento nacional, é raramente esse povo (folk) primordial que persiste ou que exercita o poder (Hall, 2000, p. 52-55).

Os elementos apresentados por Hall (2006) expressam a realidade da identidade nacional, especialmente a ideia de “narrativa da nação” que é constantemente recontada nas histórias, mídias e na cultura popular, omite e distorce a diversidade e a realidade das culturas indígenas, reduzindo suas contribuições a um passado distante e submetendo-as à marginalização.

Nessa perspectiva, Orlandi (2008) faz reflexões a respeito do papel do indígena na construção da identidade nacional, destacando que, em relação à educação indígena, às lideranças e à cultura dos pataxós, pode constatar que o silenciamento imposto pelo Estado não se limita apenas ao que o indígena faz, mas também nega a sua própria existência. Esse silenciamento, promovido pelo Estado brasileiro, apaga o indígena enquanto parte integrante da cultura nacional.

Nessa conjuntura, o “processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos” (Orlandi, 2008, p. 66), o que afetou/afeta a reafirmação étnica de alguns grupos. Ainda, segundo a autora, é necessário pensar como a ciência, a política social e a religião contribuíram para o ‘apagamento’ da identidade indígena, de formas diferentes, mas articuladas. A ciência observa e compreende o índio e sua cultura, tornando-o “legível”; enquanto a política social, através do indigenismo, o torna administrável; e a religião, por meio da catequese, busca assimilá-lo.

Esses processos, de acordo com Orlandi (2008), fazem com que o indígena deixe de ser visto como uma cultura diferente e constitutiva da identidade nacional. Assim, ao longo dos séculos, houve uma tentativa de promover uma cultura única, diluindo as diferenças e transformando o “outro” – seja o indígena, o negro ou o europeu – em elementos que definem a identidade nacional, mas sem reconhecer a verdadeira diversidade cultural.

Nesse contexto, Hall (2006) reflete que a identidade de um país, como ser

“inglês” ou “brasileiro” não é algo que a gente nasce sabendo, mas que se aprende e se constitui com o tempo, através das histórias, símbolos e coisas que a sociedade conta e ensina. Segundo o pesquisador, antigamente as pessoas tinham lealdade a outras coisas, como sua comunidade ou religião, mas com o tempo, isso foi mudando e todo mundo passou a se identificar com a “cultura nacional”, ou seja, aspectos que reúnem todas as pessoas em uma mesma categoria.

Complementando essa reflexão, Silva (2014, p. 13) argumenta que a identidade “costura o sujeito à estrutura”, mas ela é um processo, não uma essência, nem algo estático. Ele enfatiza que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia [...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis”. Isso evidencia que a identidade é construída em meio a transformações e disputas simbólicas, sempre sujeita a ressignificações.

Como membro do povo Kalankó, vejo claramente como os processos descritos por Orlandi (2008) afetaram a nossa identidade. A ciência, a política social e a religião, ao longo do tempo, influenciaram na forma como os povos indígenas foram vistos e tratados, tentando nos controlar e/ou nos fazendo abandonar as nossas tradições. Apesar dessas implicações, seguimos fortes, mantendo as nossas histórias, práticas e valores, mostrando que a identidade indígena está viva e é importante para a história do nosso país.

Entrementes, a relação entre identidade e memória também é importante para essa discussão. Ricoeur (2017) sugere que a memória não é apenas uma questão de lembrar fatos ou eventos. Ela envolve uma “dialética de presença, ausência e distância” e está intimamente ligada à maneira como percebemos o tempo e o espaço. Além disso, a memória pode ser vista como um “rastros mnésico”, um vestígio físico de nossas experiências passadas que permanece em nosso cérebro.

Para nós Kalankó, assim como para outros povos indígenas, a identidade transcende o conceito de “nação” imposto socialmente, haja vista que ela se constrói

a partir das memórias, dos rituais e das histórias transmitidas de geração em geração, além das práticas que mantêm os valores e os ensinamentos deixados por nossos antepassados.

Sobre isso, Munduruku (1999, p. 32) destaca que “as sociedades tradicionais são filhos da memória e a memória é base do equilíbrio das tradições. A memória liga os fatos entre si e proporciona a compreensão do todo. Para compreender a sociedade tradicional indígena, é preciso entender a vida”. Nessa conjuntura, considero que a memória é como uma ponte que conecta nossas histórias a outros aspectos da nossa vida e nos ajuda a seguir os passos dos nossos ancestrais, mantendo os ensinamentos que nos fortalecem e orientam, para que nossa cultura e identidade continuem existindo e resistindo às dificuldades do tempo.

O ALCANCE DAS NARRATIVAS: PESQUISA PRÁTICA

A metodologia deste trabalho se baseia na pesquisa etnográfica, que busca compreender a realidade cultural e histórica de um povo/etnia, neste caso, o povo indígena Kalankó. Para Herrera (1988, p. 48), “a etnografia é a descrição de uma cultura particular que possibilita a descoberta de domínios de conhecimentos, bem como a interpretação de comportamento dos elementos culturais em relação a determinados aspectos”.

A coleta dos dados ocorreu na aldeia Januária, onde entrevistei colaboradores do povo Kalankó com mais de 50 anos, reconhecidos pelo conhecimento das narrativas orais. Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas de forma individual, para que a resposta de um colaborador não interferisse na resposta do outro (Guazi, 2021). Inicialmente, entrei em contato com os colaboradores da pesquisa e marcamos um momento para nos encontrarmos presencialmente. Levei um roteiro prévio de entrevista, e, a partir das nossas interações, foram surgindo outras questões oportunas. Como forma de registro, foi utilizado o aparelho celular para gravação em formato MP3, a fim de ter acesso ao material posteriormente. Além disso, realizei a transcrição das falas de

forma fidedigna.

De acordo com Nunes, Nascimento e Luz (2016, p. 148), “a entrevista semiestruturada, busca alcançar uma maior profundidade nos dados coletados, bem como nos resultados obtidos”. Desse modo, a entrevista semiestruturada amplia a coleta de dados e facilita a organização, deixando de ser rigidamente vinculada a um documento padronizado para todos os entrevistados. Essa abordagem flexível permite uma interação mais próxima entre entrevistador e entrevistado, favorecendo uma análise mais aprofundada de seus conhecimentos, crenças, valores e representações (Laville; Dionne, 1999 *apud* Nunes; Nascimento; Luz, 2016).

Elenquei esse instrumento de pesquisa, pois acredito que ele me ajudará a compreender as experiências dessas pessoas de maneira mais profunda, além da flexibilidade, pois, “considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a proporem trabalhos que explorem novos enfoques” (Godoy, 1995, p. 23).

As entrevistas foram analisadas de forma qualitativa, utilizando-se da análise textual-discursiva. Segundo Sampieri (2006), o “[...] enfoque qualitativo, dá profundidade aos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas. Também oferece um ponto de vista — recente, natural e holístico dos fenômenos, assim como flexibilidade” (Sampieri, 2006 *apud* Nunes; Nascimento; Luz, 2016, p. 147).

A maioria das pessoas da comunidade tem muita vergonha de gravar vídeo ou voz, especialmente os idosos. Eles falam que não sabem falar bonito, que vai gaguejar e “não presta assim”. Tomando como base esse fato, para a coleta de dados, escolhi os participantes levando em consideração a disposição deles para serem gravados. As entrevistas aconteceram em dias diferentes, conforme a disponibilidade de cada colaborador.

A primeira entrevista ocorreu na aldeia Januária, no dia 13 de julho de 2024, às 17h27, no final da tarde. A colaboradora, uma mulher de 50 anos, sugeriu que realizássemos a conversa na casa de sua filha, um local vazio e silencioso. O

ambiente contribuiu para que a entrevista transcorresse tranquilamente, com duração de 34 minutos e 43 segundos. Para fins de análise, utilizarei o sobrenome da colaboradora: Conceição (2024).

O segundo entrevistado foi um senhor de 69 anos, que contribuiu de maneira significativa para a pesquisa. A conversa ocorreu no dia 29 de agosto de 2024, às 12h08, na UBSI de Kalankó. Após chegarmos ao local, escolhemos uma sala vazia para garantir maior privacidade e evitar interrupções durante a conversa. O ambiente tranquilo favoreceu o andamento da entrevista, que durou exatamente 1 hora e 19 segundos, permitindo que o colaborador compartilhasse suas histórias e experiências com calma e detalhes. Para a análise, farei referência ao sobrenome do colaborador: Santos (2024).

Por fim, entrevistei um terceiro colaborador, um homem de 56 anos. A conversa ocorreu no dia 5 de dezembro de 2024, às 17h28, na casa de sua filha. Ele sugeriu esse local devido ao barulho presente em sua própria residência, que poderia interferir na gravação. Durante a entrevista, foi necessário pausar o áudio em algumas ocasiões, pois o colaborador ficava em silêncio por períodos prolongados para organizar suas ideias. Além disso, em alguns momentos, seus netos o chamavam, o que resultou em pequenas interrupções. Apesar dessas pausas, a entrevista foi produtiva e teve duração total de 22 minutos e 16 segundos. Para esta análise, referenciarei o participante pelo sobrenome: Silva (2024).

Conforme mencionado, foi utilizado um aparelho celular para gravar as entrevistas e para facilitar a transcrição do material. A partir das transcrições, organizei os dados de forma a preservar trechos que se referissem às temáticas história, memória e identidade.

O QUE OS PARTICIPANTES PENSAM SOBRE A TRADIÇÃO ORAL?

Neste capítulo, apresento trechos das entrevistas realizadas com os colaboradores e intercalo com reflexões acerca das minhas vivências enquanto parte do povo Kalankó, bem como a partir das minhas leituras e provocações explanadas ao longo deste trabalho.

Diante dessas ponderações, considero que um dos aspectos mais marcantes das narrativas orais foi a recordação das primeiras famílias que chegaram à região. Segundo um dos narradores: “[...] os primeiros a chegar foi três família, no caso essas três famílias era três irmão [...] os dois homem: um Severo e o outro de João, com o apelido de João Benedito através da mãe dele que chamasse Benedita e a irmã, que no caso era minha vó, Antônia Benedita da Conceição [...]” (Santos, 2024).

Levando em consideração os aspectos históricos e culturais, a ênfase nas famílias fundadoras mostra como a história oral ajuda a construir a identidade da comunidade. A lembrança da avó, Antônia Benedita da Conceição, liga a história da comunidade às memórias pessoais, evidenciando como as narrativas contadas misturam vivências familiares e sentimentos, fortalecendo a cultura e a identidade do grupo.

Dando continuidade a essa lembrança, outro relato destaca a chegada dos primeiros moradores ao território Kalankó: “[...] minha bisavó, que saiu do brejo, foi a primeira que chegou aqui nesse lugar: foi minha bisavó. Chegou ela e meu bisavô. Aqui ela teve os filhos dela, nasceram e se criaram aqui. Sempre minha vó contava quando eles chegaram aqui não tinha ninguém, era só mata” (Conceição, 2024).

A referência à avó como narradora principal revela o papel das figuras mais velhas como guardiãs da memória coletiva, enfatizando como as histórias passadas de geração em geração são essenciais para preservar a identidade cultural. A memória, nesse sentido, é o que dá equilíbrio às tradições, pois permite que os conhecimentos e ensinamentos dos antepassados sejam transmitidos, assim como reflete Munduruku (1999).

Seguindo essa linha de pensamento, um dos participantes explica como

essas histórias marcaram sua memória e fortaleceram a sua conexão com a ancestralidade: “[...] Então, isso é uma coisa que embacemei na minha memória e é a história que ouvi, não foi uma vez, foi muitas e muitas vezes essa história dessas três famílias [...]” (Santos, 2024). Ele ainda descreve os momentos em que essas histórias eram contadas, destacando que “[...] a turma não se empaiaava muito com outras coisa, e sempre a boca da noite, quando se ajuntava, iam recordar aqueles passado da parentagem que já tinham se ido e agente por alí observano muitas e muitas coisa” (Santos, 2024).

Essas falas mostram a importância da oralidade como forma de manutenção e proliferação da ancestralidade. O hábito de se reunir no início da noite para contar histórias funcionava como um ritual de fortalecimento cultural e identitário, no qual as narrativas eram repetidas e fixadas na memória coletiva. A expressão “embacemei na minha memória” reflete o processo de internalização dessas histórias, que se tornaram parte essencial da identidade pessoal do narrador e da comunidade.

Ao ser perguntado sobre a contação de histórias como um método intencional de ensino-aprendizagem, o narrador pondera: “Não... na verdade, poderia ser... não passar pela intenção como tavam ensinando, mas tavam com uma divulgação ali que a gente como, a gente tinha como obrigação ouvir o que tavam contano tanto do... parte familiar de parente como as necessidades de costume que era contada sobre” (Santos, 2024). Sua resposta sugere que, embora as narrativas não fossem transmitidas com uma intenção pedagógica, elas desempenhavam, na prática, um papel educativo fundamental, ao reforçar valores, costumes e conhecimentos essenciais para a comunidade, o que nos faz retornar ao conceito de letramentos sociais, proposto por Street (2014).

Além das histórias contadas sobre as primeiras famílias, as lembranças do narrador também registram marcas físicas deixadas no território ao longo do tempo:

Eu ainda alcancei lá um trecho que tinha quase meia tarefa de babozeira e um chão com uma casa véia, tia Maria falava que era onde as pirua de minha avó butava ovo, era dentro dessa babozeira no lado do bebedor pra cá um pouco, e tinha uns munturo véi que chega a terra era preta naquela época, tudo que se fazia era só com queimada, e acho que jogavam muito burraio, tinha um meio assim que chega a terra era escura, camarada via

que aquilo ali era cinza mermo que jogavam lá no munturo e ficou lá [...] (Santos, 2024).

As lembranças reconstituem a história das famílias fundadoras e revelam uma profunda relação com o território. Elementos como a “tarefa de babozeira, onde as piruas botavam ovos”, e os “monturos”, com vestígios de queimadas, indicam práticas cotidianas dos antigos. O uso frequente dos fogões a lenha gerava muitas cinzas, que eram descartadas nos quintais das casas, dando origem aos chamados “munturos”. Já o “bebedor” se refere aos lageiros⁵ que, em períodos de chuva, acumulavam água, servindo como reservatório de água natural para a comunidade.

A partir dessa narrativa, notamos o uso da linguagem como mecanismo de ensino-aprendizagem, pois, por meio de termos específicos e descrições detalhadas, o participante compartilha conhecimentos sobre o território e os modos de vida de seus antepassados. Essas palavras carregam significados que vão além da simples descrição do espaço, funcionando como chaves de memória que permitem reconstruir histórias e vivências, reforçando a identidade cultural do nosso grupo.

Outro aspecto importante foi lembrado pelo ancião quando explicou que “[...] naquela época, a gente também era orientado praquilo que a gente ouvia sobre os costumes não sair comentando porque tinha perseguição em cima disso” (Santos, 2024). Essa lembrança nos faz refletir como a transmissão dos costumes e das histórias orais não ocorria de forma completamente aberta, mas sim cautelosa.

A recomendação para não comentar sobre os costumes revela um contexto de perseguição e controle externo, indicando que a memória coletiva da comunidade foi moldada não apenas pelo desejo de preservar tradições, mas também pela necessidade de protegê-las. Esse aspecto reforça a ideia de que a oralidade, além de ser um meio de ensino e fortalecimento da identidade, também funcionava como uma estratégia de resistência.

A relação da comunidade com o meio ambiente também é um tema

⁵ Lageiros são formações rochosas naturais que surgem ao longo do tempo. Essas pedras criam estruturas semelhantes a pequenas barragens, influenciando a paisagem e o fluxo da água na região.

recorrente nas narrativas orais. A importância da água aparece na fala de Silva (2024), que lembra um período de dificuldade: “A água eles cavava no riacho. Cavava aquelas cacimbinhas no riacho e dava aquelas minaçoãozinha funda mais, aí bebia a água”. Esse relato indica a resistência do meu povo frente às dificuldades. O que se assemelha às lembranças de Conceição (2024):

[...] eu tinha uma tia que ela contava que uma vez se viu tão ruim sem água que chegou numa lóca... no riacho que nós bebia tinha faltado, que era numa cacimba de minaçoão, que ela disse que futucava os sapo pros sapo mijar pra criar água na loca, pra elas trazer a água. E hoje eu vejo a desperdição de água. O povo tem que dá valor as águas: quem tem um barreiro, zeze bem dele. Quem tem uma fonte, zeze bem dela.

O que fica claro é que, antigamente, o povo tinha que sobreviver com muito pouco e aprendeu a valorizar o que tinha, algo que ainda se reflete nas gerações mais velhas. Como moradora da comunidade, vejo o quanto as coisas mudaram, mas sei que é importante respeitar e cuidar dos recursos naturais, assim como aprendemos com as histórias do passado.

Além disso, a oralidade da comunidade não se limita a narrar o passado, mas também desempenha um papel essencial nos rituais. Como explica Santos (2024):

Olha a gente tem uma obrigação sempre renovano as memória na parte de ritual porque se a gente num envolver alguma explicação que esbranja a história no ritual, então a turma não vão ter o ritual com a sinceridade que merece, né? Vamo supor, se não tiver o significado nenhum de cada ritual, a turma leva como aquilo alí uma... qualquer uma obrigação, apresentação sem fundamento.

A explicação mostra que os rituais não são eventos sem fundamentação, sem propósito, mas sim práticas que envolvem processos culturais, históricos e religiosos transmitidos por meio da oralidade. A fala destaca a importância de manter vivas as narrativas, permitindo que as novas gerações se conectem aos costumes religiosos e fortaleçam sua identidade como pertencentes a um povo tradicional.

A oralidade também é usada pela comunidade para passar conhecimentos sobre como sobreviver e se adaptar ao ambiente. A fala de Conceição (2024) ilustra isso ao relatar os hábitos alimentares dos ancestrais: “O alimento era caça do mato.

É... a farinha que comiam era casca de de mancambira de frecha, e assim foi criado os filho dele. Depois ele começou desmatar e fazer as roças dele. Ele plantou, plantava: mandioca, purnunça... e assim foram vivoeno”. A alimentação e a agricultura aparecem como saberes transmitidos ao longo das gerações, reforçando a relação entre cultura, território e modos de vida tradicionais.

A prática de contar histórias também desempenha um papel essencial nesse processo. Como relata a colaboradora, sua avó reunia os netos debaixo de um umbuzeiro para compartilhar as narrativas dos antepassados: “Sempre minha vó dizia... contava história [...] ela sentava nós debaixo dum imbuzero e dizia: minha fia vou contar as história do meu antepassado, dos seus abisavô” (Conceição, 2024).

Podemos observar que essa tradição era passada de geração em geração, conforme observamos no trecho a seguir, quando a colaboradora explica que sua avó se lembrava do hábito de seu bisavô de contar histórias: “[...] ele butava elas debaixo dum pé de imbuzero, começava balançar uma caixa de fosco, uma caxinha de fosco e uma cabacinha de cabaça mermo sem ser a maracá que existe hoje”. A colaboradora menciona aspectos importantes relacionados aos rituais dos seus antepassados. A expressão “balançar uma caixa de fosco” evidencia o uso dos costumes de forma camuflada, uma estratégia adotada para evitar perseguições.

Essa fala vai na mesma direção da mencionada pelo ancião Edimilson José da Silva, em uma entrevista realizada em 2021, por mim e outros graduandos da comunidade que também fazem parte do CLIND. A entrevista foi gravada em vídeo, editada e publicada no canal do YouTube Kalankó, com o título: *Ancestralidade, memória e narrativa: a trajetória dos Kalankó no alto sertão alagoano*.

Na sua fala, Silva (2021) explica: “os torezinho nosso era meio escondido, porque os grandão, os ricos, num queriam saber”. Ele complementa explicando o motivo pelo qual as caixas de fósforo eram usadas para representar o maracá: “[...] A caixa de fosco era porque ela não chiava, ela fazia só aquele barulhinho... ele botava aqui no ouvido. Aqui só era com ela aqui (levando a mão ao ouvido), embalançano aqui e nós dançano lá” (Silva, 2021).

Esse relato demonstra como a comunidade encontrou formas discretas de

preservar suas tradições, adaptando-se às dificuldades impostas pela opressão externa. Mesmo com a repressão, a memória do grupo continuou viva por meio da adaptação de símbolos religiosos, como o uso da caixa de fósforo para manter os rituais de forma oculta e evitar o preconceito.

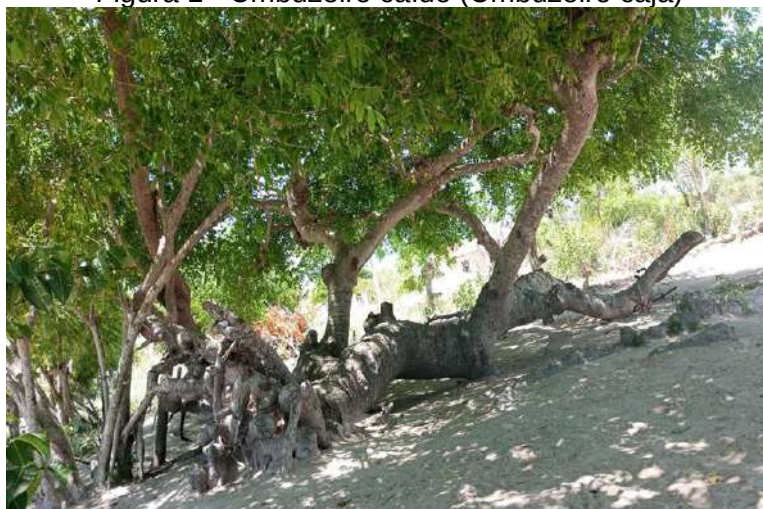
Além dos rituais, as histórias sobre sobrevivência também surgem quando se trata de meios de alimentação. A colaboradora Conceição (2024) conta sobre a dificuldade alimentar que passou na juventude:

[...] teve uma época que nós passemos muita fome, tava passando muita fome, aí tinha um pé de imbuzero cajá... tinha não, tem ainda hoje pra quem quiser ver o pé de imbuzero. Ele caiu, mas sempre na raiz dele nasceu outros ôi e tá os pé formado. Minha mãe disse: minha fia ramo alí... eu vou alí ver se tem bucú naquele pé de imbuzero. Foi lá, achou as bucú, cabá nós pegava aquelas bucú de imbuzero, ralava, fazia bejú, não só pra nós não, pra muita gente aqui da comunidade. Se sustentemo mais de seis mês só no bucú de imbuzero. Nós chegava lá no pé do imbuzero um monte de menino, era minha mãe cavano e eu descascano e os menino carreano, e outros ralano e outros fazem os bejú e outros a farinha (Conceição, 2024).

Essa história revela aspectos importantes de resistência do povo Kalankó diante das dificuldades, especialmente em época de escassez alimentar. A resistência é retratada quando a colaboradora cita que utilizavam o “bucú de imbuzero”⁶ para fazer farinha e beiju. A respeito da queda desse umbuzeiro, por ser moradora da comunidade, posso afirmar que também presenciei esse acontecimento. Inclusive, posteriormente, vi que o umbuzeiro conseguiu se recuperar, quando nasceu de suas raízes caídas outros ‘pés’, e ele continua mais belo que antes, conforme visualizamos na imagem abaixo:

⁶ Bucú é o nome que as pessoas na minha comunidade dão à batata que nasce na raiz do umbuzeiro.

Figura 1 - Umbuzeiro caído (Umbuzeiro cajá)



Fonte: arquivo pessoal (2025).

A transmissão do conhecimento também ocorreu porque os jovens daquela época tinham a curiosidade e o desejo de aprender sobre o passado e as práticas culturais de seu povo, como podemos observar nas falas dos colaboradores. Silva (2024) relata: “[...] tinha vez que a gente perguntava: Oh vó, como era mais pra trás? aí ela dizia”, demonstrando essa busca pelo saber ancestral. Da mesma forma, Conceição (2024) destaca: “[...] nós dizia: O minha vó e aí como era que fazia?”. Esses relatos mostram como o interesse dos mais jovens foi essencial para manter vivas a memória coletiva e as tradições da comunidade.

No entanto, essa dinâmica tem mudado com o tempo. Conceição (2024) ressalta que, apesar de ainda haver jovens interessados nas narrativas orais, muitos estão mais distraídos por tecnologias e influências externas:

Os menino chama eu pra contar, eu me sento mais eles contano. Eles com um caxuí na mão e começam a fumar e eu contano as historia e eles acha é bom, mas só que hoje em dia tem as televisão, tem as escolas, tem o celular que eles... eles presta muita atenção ao celular. Tem um mais véi aí contano história, eles num presta atenção (Conceição, 2024).

Além disso, a educação formal voltada aos conhecimentos não indígenas tem afastado os jovens de sua própria cultura, como a colaboradora enfatiza: “As escola que eles tão também, dos branco, leva mais eles as história dos branco, não dos indígena. Eles tão precisano dumas escola que leve eles a prestar atenção a

quem eles são, a cultura que eles carrega, de onde foi que eles vieram... que é do antepassado, de geração a geração” (Conceição, 2024).

Diante disso, Conceição (2024) reforça a importância da identidade, destacando que os jovens devem reconhecer suas origens e pertencimento étnico: “[...] eles aprender que são Kalankó, não são Jiripankó, nem Katokinn, nem Karuazú, nem Koiupanká. Nenhuma etnia sem ser Kalankó. ele tem que ser Kalankó! Porque cada um tem sua diferença um do outro”. Com isso, retornamos à ideia de identidade e diferença apresentada por Silva (2014), que destaca que a identidade é plural, sendo assim, por mais que todas essas etnias representem um grupo macro (indígenas), também devemos nos reconhecer dentro das nossas particularidades, enquanto Kalankó.

Nesse sentido, a educação escolar indígena surge como um espaço fundamental para fortalecer esse reconhecimento identitário entre os jovens. A respeito disso, Santos (2024) expressa o seu desejo sobre a educação escolar indígena na comunidade: “[...] eu tenho uma fé que nessa juventude vai aparecer, depois de essas sala de aula aqui dentro funcionar, eu acredito... primeiramente peço muita força a natureza pra que abra a memória de muitos pra que seja as pessoa do dia de amanhã, pra que tenha essas história viva, nascida dessa juventude” (Santos, 2024).

Os anciões destacam a importância de ensinar aos jovens sobre seu pertencimento e valorizar nossas narrativas. A escola indígena desempenha esse papel de fortalecer a identidade, manter a cultura, e funciona como um espaço de resistência diante das influências externas. Mais do que um local de aprendizado, o prédio escolar da nossa comunidade representa uma conquista histórica do nosso povo, fruto de anos de luta. Para nós, ter essa escola significa reafirmar nossa existência e identidade, garantindo que as novas gerações conheçam e valorizem suas raízes sem precisar negar sua cultura.

No entanto, isso não quer dizer que a luta acabou. Mesmo com o prédio escolar pronto, a comunidade ainda enfrenta desafios para garantir seu funcionamento pleno. Questões como a construção de um currículo que respeite os

saberes tradicionais e a oferta de recursos adequados continuam sendo pautas essenciais. Um dos principais desafios é garantir que os professores indígenas estejam cada vez mais preparados para atuar na escola. Felizmente, hoje na comunidade, temos seis professores indígenas sendo formados pelo CLIND/UNEAL, incluindo a mim, o que representa um avanço significativo na luta por uma educação que respeite e valorize a nossa cultura. A presença de docentes indígenas na escola fortalece o ensino a partir da nossa própria perspectiva, garantindo que as crianças aprendam não apenas os conteúdos formais, mas também os saberes ancestrais que fazem parte da nossa identidade.

Assim, a escola indígena, mais do que um espaço físico, é símbolo de um processo contínuo de resistência e reafirmação, que exige esforço coletivo para que cumpra seu verdadeiro propósito: formar jovens que conhecem e valorizam suas origens, fortalecendo a identidade do povo Kalankó.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este estudo buscou analisar as narrativas orais do povo Kalankó, reforçando a importância da oralidade na preservação da memória, da identidade e da cultura. Para além desse objetivo, foi possível verificar que os conhecimentos culturais e religiosos estão profundamente entrelaçados à linguagem, fazendo da oralidade uma forma de letramento social. Isso porque, mais do que um meio de comunicação, a oralidade é um processo de ensino e aprendizagem que se perpetua de geração em geração, assegurando a transmissão dos saberes ancestrais.

Como moradora da comunidade, pude perceber, por meio das narrativas orais coletadas, que os relatos dos mais velhos desempenham um papel essencial na transmissão de conhecimentos e na construção do pertencimento étnico. Esses ensinamentos fortalecem os laços comunitários e garantem a continuidade das nossas tradições ao longo das gerações.

Os relatos analisados demonstraram que a oralidade contribui para a manutenção cultural do nosso povo, bem como funciona como um mecanismo de

resistência diante das adversidades históricas que enfrentamos. A prática de contar histórias, muitas vezes realizada à noite em encontros familiares, não era apenas um costume, mas um ato de reafirmação da identidade. Atualmente, esses encontros não acontecem com frequência por causa das diversas influências externas, no entanto, há pessoas que ainda se esforçam para manter viva essas narrativas.

Além da transmissão cultural, a oralidade se manifesta na forma como nós, Kalankó, relacionamo-nos com o nosso território. As narrativas evidenciam o respeito e o conhecimento profundo sobre a terra, a água e os alimentos tradicionais, aspectos que garantiram a sobrevivência da nossa comunidade ao longo do tempo. Esses relatos revelam uma visão indígena de equilíbrio com a natureza, demonstrando que a nossa existência está intimamente ligada ao território que habitamos.

Para mim, enquanto indígena Kalankó, é extremamente gratificante oportunizar aos anciãos da minha comunidade o espaço para falarem sobre o que consideram mais importante: sua herança cultural e identitária. Suas palavras carregam séculos de sabedoria e são essenciais para a continuidade da nossa história.

Apesar de alguns participantes ficarem à vontade no momento de gravação das entrevistas, outros demonstram timidez. No entanto, essas diferenças são secundárias diante da profundidade e do valor de seus relatos. Independentemente da forma como se expressaram, todos os anciãos trazem contribuições valiosas que fortalecem nossa identidade e possibilitam a continuidade da cultura Kalankó.

A partir das falas dos colaboradores e da minha experiência como indígena, verifiquei que os desafios para a manutenção dessas narrativas são cada vez maiores. A influência da tecnologia e do ensino formal ocidentalizado tem afastado parte da juventude da valorização de sua própria história. Nesse contexto, a implementação da escola indígena na comunidade representa um avanço significativo, pois possibilita que os saberes tradicionais sejam incorporados ao currículo escolar, fortalecendo a identidade dos jovens Kalankó e garantindo que a educação respeite nossa forma de aprender e ensinar.

Diante desses aspectos, reafirmo que a oralidade é um dos pilares fundamentais da identidade Kalankó. Este trabalho reforça a necessidade de continuarmos documentando e valorizando as narrativas dos mais velhos, garantindo que as futuras gerações tenham acesso à sua própria história. A luta por uma educação indígena de qualidade e pelo fortalecimento da nossa cultura deve permanecer como uma prioridade, para que as vozes ancestrais ecoem e consolidem a identidade do nosso povo no presente e no futuro.

Além disso, preservar essas histórias não é apenas um meio de manter viva a nossa memória, mas também uma forma de garantir que nossa cultura continue a educar as novas gerações. Acredito que as histórias contadas pelos mais velhos criam uma base sólida de conhecimento e valores, preparando os jovens para enfrentar os desafios de hoje com um entendimento profundo da nossa cultura. Por meio dessas narrativas, os jovens aprendem e compreendem a trajetória do nosso povo, os princípios que orientam a vida em comunidade e a importância das nossas práticas espirituais. É nossa responsabilidade, enquanto povo Kalankó, fortalecer esses laços, para que a nossa identidade permaneça viva e forte.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BARTHES, R. **Introdução à análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.
- BERBERIAN, A. P. **Psicogênese da linguagem oral e escrita**. Curitiba: IESDE, 2004.
- FERNANDES, I. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1–12, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/1032> . Acesso em: 8 maio 2024.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995.
- GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 2, 2021. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/repi/article/view/e202114> . Acesso em: 10 maio 2024.
- GUESSE, É. B. **Shenipabu Miyui: literatura e mito**. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2014.
- HALL, S. **A identidade na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HERRERA, M. S. Risco e segurança do trabalho desde o ponto de vista de um grupo de trabalhadores de uma agência de distribuição de energia elétrica. In: **Encontro interamericano de pesquisa qualitativa em enfermagem**. São Paulo, 1988.
- MARCUSCHI, L. A. **Da Fala Para a Escrita**: atividades de retextualização. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MENDONÇA, V. A. de; SANTANA, P. A. de. Representações Kalankó: metodologias e fontes para o estudo dos indígenas do Alto Sertão de Alagoas. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas - Campiô**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 34–48, 2023. Disponível em: <https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/campio/article/view/424>. Acesso em: 30 maio 2024.

MOITA LOPES, L. P. Introdução: Linguística aplicada indisciplinar com base em uma ideologia linguística responsiva às teorizações queer. In: MOITA LOPES et al. **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar: gênero, sexualidade, raça e classe**. São Paulo: Parábola, 2022, 272 p.

MOLLICA, M. C. A formação em linguagem. In: _____. **Linguagem: para formação em Letras, Educação e Fonoaudiologia**. São Paulo: Contexto, 2015.

MUNDURUKU, D. Literatura Indígena. **Overmundo**. Disponível em: < <http://www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena> >. Acesso em: 14 dez. 2024.

NOBRE, L. L. FÁVERO. T. O. **Influência da linguagem oral na escrita**. Porto Alegre, S. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; 2011.

NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D. do.; LUZ, M. A. C. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Revista de psicologia**. Ano 10, n.29. Fevereiro/2016-ISSN 1981-1179.

OLIVEIRA, A. J. A. R. **Povo Koiupanká e a educação escolar indígena: 15 anos de resistência no sertão alagoano**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2021.

ORLANDI, E. P. Pátria ou Terra: o índio e a identidade nacional. **Terra à vista: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

PELANDRÉ, N. L.; AGUIAR, P. A. de. Práticas de letramento na educação de jovens e adultos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v.6, n.2 (55-65), jul-dez, 2009.

PERAZZO, P. F. Narrativas orais de histórias de vida. **Revista Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, p. 121-131, 2015. DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol16n30.2754>. Disponível em: https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/2754. Acesso em: 10 de maio, 2024.

RIBEIRO, B. E. da S. **“Eles podem mexer nos nossos galhos, nas nossas folhas, mas nas nossas raízes não”**: território, violências e as agências Tenetehar -Tembé no alto rio Guamá (PA). Dissertação (Mestrado) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural, Belém, 2022.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad.: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

SANTOS, E. S. dos. **Documentação de narrativas da comunidade Kalankó**. Monografia (Licenciatura em Letras). Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2021.

SANTOS, W. J. Identidades indígenas em Daniel Munduruku e Olívio Jekupé. In: **Anais do III Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas - parte 1**, v.1, n.1, 2015. Disponível em: www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricas. Acesso em: 15 dez. 2024.

SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003.

SOUZA, R. A. do C. Narrativas orais como fontes para uma compreensão histórica da experiência vivida. **Revista Maracanan** [S. l.], n. 17, p. 118–129, 2017. DOI: 10.12957/revmar.2017.28212. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/28212> . Acesso em: 8 maio 2024.

STREET, B. **Letramentos Sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

Este livro reforça a perspectiva da memória e da oralidade enquanto ferramentas para a preservação das tradições dos povos indígenas. A autora reconstrói histórias, saberes transmitidos de geração em geração, enquanto tece saberes do povo Kalankó, no sertão alagoano. Mais do que uma pesquisa acadêmica, esta obra é a manifestação das vozes, que por muito tempo, foram ignoradas e silenciadas. Este livro é um convite para a valorização dos saberes, para a escuta das vozes e para o reconhecimento das narrativas que trazem a diversidade histórica e cultural do Brasil.

